

O TEMPO LIVRE DOS TRABALHADORES ASSOCIADOS EM EMPREENHIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS NO BRASIL.

Marcos de Carvalho DIAS¹

RESUMO: Os empreendimentos autogestionários têm representado, principalmente na década 90, uma alternativa aos trabalhadores que perderam seus postos em decorrência do fechamento de empresas neste período, resultado das novas políticas de comércio exterior adotadas pelo governo federal. Tais empreendimentos, que se organizam sob a forma de sociedades comerciais ou civis autogeridas pelos próprios trabalhadores das empresas falidas, têm representado também uma alternativa aos modelos de gestão convencionais e, para alguns autores, a possibilidade de transformação social por meio da criação de novos valores e práticas que resultem numa “sociedade autogerida”. Por isso, o objetivo deste artigo foi analisar qual a influência dos valores e práticas da autogestão no cotidiano dos trabalhadores, principalmente no período chamado “tempo livre”, em que não estão se dedicando às atividades ligadas aos empreendimentos. Para isso foi feito um estudo de caso com trabalhadores de dois empreendimentos autogestionários, por meio de entrevistas baseadas num roteiro pré-definido de questões, sendo constatado que, no caso da amostra pesquisada, as atividades exercidas no tempo livre são similares às realizadas por trabalhadores de empresas convencionais.

PALAVRAS-CHAVES: Tempo livre. Empreendimentos autogestionários.

Introdução

As transformações pelas quais passaram a organização da produção e do trabalho no Brasil a partir do início da década de 90, resultado das medidas de política macroeconômica realizadas pelo governo federal neste período, cuja principal ação foi a abertura comercial baseada na redução das tarifas de importação, tiveram como uma das principais consequências o fechamento de um grande número de empresas e a redução do emprego formal, principalmente nos setores produtivos considerados intensivos em mão-de-obra, como têxtil e calçados.

Com isso, uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores ao desemprego foi a organização destes em formas de produção baseadas no trabalho associado e cooperativo, notadamente as iniciativas relativas ao controle, por parte dos trabalhadores das ações e meios de produção de empresas industriais falidas localizadas em regiões urbanas.

¹ FATEC – Faculdades de Tecnologia de São Paulo. Centro Paula e Souza - Departamento de Logística e Transporte. Americana – SP – Brasil. 13469-111 - marcos.dias@fatec.sp.gov.br

Estas unidades produtivas, cujo surgimento se intensificou no país a partir do referido período, passaram a ser denominadas nas diversas abordagens feitas por pesquisadores brasileiros como “empresas de autogestão”, “cooperativas de produção industrial” ou “empreendimentos cooperativos autogestionários”, entre outras denominações.

São caracterizados pela propriedade coletiva das máquinas e equipamentos, compartilhamento de decisões em relação aos objetivos e procedimentos a serem adotados no processo produtivo, como nível de produção, tecnologia utilizada, estratégias de mercado, etc.

Baseados nos princípios e ideais das formas de organização coletiva da produção surgidos no início do processo de organização industrial e que se opunham às condições e exigências impostas por esta, e também, nos ideais dos movimentos europeus de retomada da produção pelos trabalhadores de empresas falidas durante a década de 70, estes empreendimentos buscam o estabelecimento de uma forma de organização da produção que, apesar de estar inserida no capitalismo, seja pautada por ações e procedimentos divergentes dos estabelecidos nas empresas convencionais.

Além disso, pretendem a auto-organização da produção por meio de uma lógica produtiva baseada na cooperação e na solidariedade entre os membros dos empreendimentos, visando à construção de uma alternativa viável aos modelos de produção estabelecidos no capitalismo.

Por meio da consolidação, nos trabalhadores cooperados, de valores e formas de agir socialmente que se oponham aos princípios fundamentais da produção capitalista, como a busca pela maximização do lucro e do tempo.

Porém, considerando que estes trabalhadores estão inseridos num contexto socioeconômico constituído sobre os estes princípios capitalistas, qual a influência dos princípios da autogestão da produção nas ações cotidianas dos trabalhadores cooperados?

É a partir desta questão que está baseado o objetivo da pesquisa apresentada neste artigo, que é averiguar como se constitui as ações no cotidiano dos trabalhadores dos empreendimentos cooperados, considerando uma etapa deste cotidiano: o tempo em que não se dedicam ao trabalho no empreendimento, ou o chamado “tempo livre”.

Metodologia

Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa baseada em fonte primária (os próprios trabalhadores cooperados), sendo utilizado como método o estudo de caso, por permitir uma observação mais aproximada do ambiente a ser estudado (empreendimentos autogestionários) possibilitando, portanto, uma análise mais detalhada deste ambiente (YIN, 2005).

Desta forma, a pesquisa foi realizada com trabalhadores associados de dois empreendimentos autogestionários previamente definidos, que atuam no mesmo ramo industrial (produção de fios têxteis) e passaram por processo falimentar durante a década de 90, sendo assumidos pelos trabalhadores e gerenciados coletivamente.

Para a isso o principal instrumento de pesquisa utilizado foi um roteiro com questões abertas que serviu como orientação para a realização de entrevistas, com o objetivo de obter as informações em relação ao tema pesquisado.

Tais entrevistas foram feitas nas dependências dos empreendimentos (sala de reunião, refeitório ou salão da produção) e nos horários de trabalho, durante o segundo semestre de 2010. Foram entrevistados quarenta e oito trabalhadores associados, entre dirigentes, membros da administração e da produção, sendo as entrevistas, com duração de tempo entre vinte minutos em média, gravados por meio de equipamento de captação de áudio mediante prévia autorização verbal do trabalhador entrevistado.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa exploratória com três trabalhadores de cada empreendimento, visando testar e corrigir eventuais inadequações do roteiro pré-estabelecido. Em seguida, após correções, o roteiro foi submetido ao restante da amostra pesquisada nos empreendimentos.

O conceito de tempo livre no capitalismo

O conceito de tempo livre tem sido tratado, na sociedade baseada no modo de produção capitalista, como tempo dedicado à ociosidade, como tempo improdutivo ou como mero subsidiário do tempo dedicado ao trabalho.

A concepção desse conceito como, o conhecemos e, o empregamos na sociedade atual, corresponde a algo historicamente construído, e que em momentos passados tinha outra conotação.

Conforme Bacal (2003), na Grécia antiga os conceitos de trabalho e tempo livre eram antagônicos e possuíam valores distintos dos adotados atualmente, pois o tempo livre era

tratado como uma condição de liberdade da atividade laboral, ou à não necessidade do trabalho. Na sociedade industrial o conceito de tempo livre se transformou e ressurgiu como uma liberação de parcelas de tempo dedicadas ao trabalho, em que são desenvolvidas outras atividades necessárias aos trabalhadores, porém relacionados à atividade laboral, como descanso físico para uma nova jornada de trabalho, atividades recreativas, coletivas ou individuais, que permitam a fuga momentânea do ambiente de trabalho.

Para o autor, essa noção resulta em duas implicações: uma é o fato de que a liberdade não é dissociada da atividade laboral, no modo de produção capitalista, e outra é o fato de que a produção capitalista impõe ao trabalhador a impossibilidade de constituir-se enquanto sujeito, devido à alienação imposta a esse.

Por isso o conceito de tempo livre, na sociedade industrial, se caracteriza cada vez menos como tempo a ser utilizado de forma livre pelos trabalhadores, uma vez que tem se empregado esse tempo em atividades atreladas ao mundo do trabalho.

A divisão do tempo do trabalhador em duas metades (tempo de trabalho e tempo livre) resultou no controle do tempo deste trabalhador, e por conseqüência no controle de atividades essenciais para o progresso da atividade ligada a produção de mercadorias: o tempo dedicado às atividades ligadas ao trabalho e às ligadas ao não-trabalho, porém relacionadas à ele (THOMPSON, 1967).

Com isso Adorno (1995, p.73) considera que no conceito atual de tempo livre “prolongam-se as formas de vida social organizada segundo o regime do lucro”, pois objetiva estabelecer na sociedade uma conduta laboral baseada na concepção de que o tempo dedicado ao trabalho é único, e que exige do trabalhador concentração e dedicação, já o tempo livre deve ser dedicado às atividades diferentes daquelas exercidas no trabalho, pois o trabalhador deve se distrair e esquecer os esforços mentais e físicos impelidos no exercício de um trabalho entediante.

Esse é o motivo, conforme este autor, da utilização deste tempo livre de forma imbecil, de pouco proveito para o trabalhador, e é numa situação em que o trabalhador se sente mais livre, é quando os imperativos sociais do uso do tempo tornam-o mais escravizado, pois é impelido a utilizar este tempo em atividades pré-estabelecidas socialmente.

Por isso o trabalhador “[...] nem em seu trabalho, nem em sua consciência dispõem de si mesmas com real liberdade” (ADORNO, 1995, p.70). Isso porque o trabalhador tende a consumir produtos ou a realizar atividades, em seu tempo livre, oferecidas por uma sociedade cuja lógica produtiva é baseada na padronização e no lucro.

Para Elias e Dunning (1992, p.107) o conceito de tempo livre “[...] é todo tempo liberto das ocupações de trabalho”, ou seja, o tempo que o trabalhador está fora do ambiente e das preocupações das atividades laborais, e pode se dedicar às outras atividades cotidianas.

Porém, apesar disso, as atividades exercidas pelos trabalhadores no tempo livre estão relacionadas, conforme os autores, com a atividade do trabalho, pois representam a dispêndio de tempo em atividades que buscam o desligamento das preocupações relacionadas à atividade laboral, ou o descanso físico após o desgaste da execução desta.

Estes autores dividem o emprego do tempo livre em cinco grupos de atividades:

- a) Atividades ligadas ao cuidado com a família ou aos afazeres domésticos;
- b) Atividades de repouso físico ou ócio (não fazer nada);
- c) Atividades ligadas às necessidades fisiológicas;
- d) Atividades sociais, que permitem o relacionamento com outras pessoas de forma coletiva;
- e) Atividades de lazer, em que as pessoas são atores ou espectadores, cujo objetivo principal é a interrupção da rotina;

Estas atividades são caracterizadas, de forma geral, por possuírem a mesma lógica e essência do modo de produção capitalista, baseada na organização e maximização da utilização do tempo disponível com o objetivo de elevar a produtividade. Nesse sentido, deve-se “aproveitar” o tempo livre com “atividades produtivas” ou que permitam aos indivíduos se qualificarem ou descansarem para que possam desenvolver as atividades cotidianas do trabalho.

Um exemplo é o tempo livre dedicado ao lazer que, conforme Morin (1997), organizado pelo mercado, é enquadrado em horários fixos, permanentes, independentes das estações, da mesma forma que o tempo destinado ao trabalho, e, “[...] segundo a lógica de uma economia que, englobando lentamente os trabalhadores em seu mercado, encontra-se obrigada a lhes fornecer não mais apenas um tempo de repouso e de recuperação, mas um tempo de consumo.” (MORIN, 1997, p.67).

Nesse sentido, o objetivo principal do tempo livre é o de regenerar a força de trabalho, para que o trabalhador se recupere do cotidiano desgastante do trabalho e retorne, após o período de afastamento, a se dedicar de forma plena à execução da atividade laboral, por meio do exercício de atividades realizadas fora do ambiente de trabalho, mas que são organizadas pela mesma lógica e objetivo deste ambiente.

Os empreendimentos coletivos autogestionários

As iniciativas do que se denomina atualmente por empresas de autogestão ou empreendimentos autogestionários ocorreram no início dos anos 70 na França, com a retomada, pelos trabalhadores, de uma empresa produtora de relógios que se encontrava em estado falimentar.

A partir de então surgiram, notadamente na Europa, ações dos trabalhadores de empresas falidas, no sentido de reassumirem a produção e a gerenciá-la de forma coletiva, além de ações de grupos sociais na criação de empreendimentos coletivos em que os trabalhadores eram os proprietários e os gerenciavam de forma coletiva (SINGER, 2002).

Tal forma de organização da produção passou a ser denominada de “autogestão”, uma tradução literal da expressão servo-croata (“samo” sendo o equivalente eslavo do prefixo grego “auto”, e “upravlje” significando aproximadamente “gestão”), devido à similaridade deste movimento com a forma de organização coletiva da produção implementada na ex-Iugoslávia durante a década de 1950 (GUILLERM; BOURDET, 1976).

Estas iniciativas possuem como referência ideológica as experiências de produção de forma coletiva no início da organização da produção industrial na Inglaterra, durante o século XIX, quando surgiram alguns movimentos de trabalhadores ingleses com o objetivo de organizar cooperativas de produção a fim de se oporem às condições impostas pelo cotidiano do trabalho.

No Brasil as ações em relação à autogestão da produção, de forma similar ao adotado na Europa, se destacam a partir da década de 80 e se intensificam na década de 90, devido ao aumento do número de falências de empresas em decorrência das mudanças no padrão de concorrência interna, ou abertura comercial.

Nas décadas de 80 e 90 a economia brasileira passou por sucessivas crises, resultado, primeiramente, da alta inflação e retração na demanda, e em seguida, da abertura comercial.

Para Singer (2002) tal modificação no quadro socio-econômico foi impulsionador das diversas iniciativas, em todo o país, na direção de alternativas de produção organizadas de forma coletiva e participativa.

Dentre tais iniciativas, estão as adotadas pelos trabalhadores das empresas falidas que se organizam em formas de produção baseadas no trabalho associado e cooperativo, notadamente as iniciativas relativas ao controle das ações e meios de produção de empresas industriais, localizadas em regiões urbanas.

Algumas iniciativas que ilustram o início deste movimento no Brasil é o caso de uma fábrica de fogões no Rio Grande do Sul, relatado por Holzmann (2001), que em 1984 encerrou suas atividades e foi assumida pelos trabalhadores, e também o caso de uma indústria têxtil em Santa Catarina, relatado por Pedrini (1998), que desde seu início, em 1986, passou a operar de forma coletiva.

Durante a década de 90 surgem outros empreendimentos coletivos em diversas regiões do país, resultado de iniciativas dos trabalhadores em assumir a gestão de empresas falidas.

Dentre estes, destaca-se a dos trabalhadores de uma empresa de calçados na cidade de Franca, no interior paulista, em 1992, considerada a referência do movimento de tomada pelos trabalhadores e gestão coletiva de empreendimentos no Brasil (FARIA, 2005).

A partir de então ocorreu a multiplicação de iniciativas de produção a partir de empresas recuperadas pelos trabalhadores, com o apoio de diversas entidades de representação sindical, órgãos públicos e instituições de fomento.

Dados do Ministério do Trabalho de 2007 ([SENAES], 2008) mostravam a existência, no país, de 89 empreendimentos que surgiram a partir da falência de empresas convencionais, com a participação de aproximadamente 10 mil trabalhadores.

Estavam instalados, na sua grande maioria, nas regiões Sul e Sudeste do país (60 empreendimentos), em área urbana, e atuavam nos setores industriais (metalurgia, têxteis, calçados, vidros e cristais, cerâmicas), extração mineral e serviços.

Quanto às características desta forma de organização da produção, representa uma das diversas formas de gestão que compõem um conjunto de alternativas aos modelos de gestão convencional, em que a empresa é de propriedade de um grupo de indivíduos (os próprios trabalhadores) que estabelecem de forma democrática e coletiva as condições e estratégias de produção.

A gestão destes empreendimentos é compartilhada pelos trabalhadores membros, e se caracteriza pela divisão de poder, ausência de relações de subordinação, controle do processo de trabalho parcial ou total pelos trabalhadores (LECHAT; BARCELOS, 2008).

Porém como qualquer empresa (convencional ou coletiva), os empreendimentos autogestionários estão inseridos e integrados ao conjunto de relações estabelecidas no modo capitalista de produção, e, portanto estão sujeitos à mesma lógica de acumulação e de concorrência determinada pelo mercado.

Quanto aos aspectos organizacionais, autores como Liboni e Pereira (2002), Faria (2005) e Gonçalves (2005) enumeram algumas características que devem ser observadas neste tipo de empreendimento:

- a) Propriedade coletiva dos meios de produção, ou seja, inexistência da figura legal de um indivíduo ou grupo de indivíduos que respondem pela posse das máquinas e equipamentos do empreendimento. Respondem pela propriedade o conjunto de trabalhadores, por meio de seus representantes legais;
- b) Processo decisório democrático, o que implica no estabelecimento de decisões relacionadas à produção e à administração de forma democrática e coletiva, por meio da participação coletiva dos membros em reuniões e assembleias;
- c) Participação equitativa nas decisões, ou seja, cada trabalhador associado tem o direito de votar nas decisões estabelecidas pelas assembleias, bem como de se candidatar ao exercício de cargos de representação coletiva conforme o estatuto;
- d) As funções de representação e liderança são exercidas pela eleição direta dos membros, por um período determinado, e podendo ser destituída pelo grupo em casos pré-estabelecidos por este no estatuto, o que permite a rotatividade e alternância das funções de execução e gerenciamento das atividades produtivas entre estes membros;
- e) Divisão equitativa dos resultados financeiros obtidos (chamados de sobras), em que cada trabalhador associado tem direito a uma parte deste resultado a partir dos critérios estabelecidos previamente no estatuto;
- f) Disseminação interna das informações por meio de práticas comuns de comunicação, como panfletos, jornais, murais, reuniões e assembleias, entre outros, objetivando o acesso, pelos trabalhadores, de informações relativas às condições do empreendimento, bem como informações relacionadas ao ambiente externo.

Assim, como tais aspectos organizacionais resultam na participação direta do trabalhador associado nas questões centrais do empreendimento, tem-se a coletivização das atividades produtivas, maior autonomia destes trabalhadores no âmbito da produção.

Porém, conforme ressalva feita por Tauile et al. (2005), a produção autogestionária não representa a ausência de disciplina, normas e objetivos na produção, mas que estes são assumidos e decididos coletivamente, por meio de estatutos estabelecidos por meio das relações práticas entre seus membros.

Portanto, a autogestão da produção corresponde a um modelo pelo qual os empreendimentos são organizados de forma coletiva, com o objetivo de ampliar a democracia interna, na direção de uma alteração nas relações sociais de produção.

Assim, a produção organizada de forma autogestionária não pressupõe somente a criação ou manutenção de postos de trabalho, mas também “[...] o trabalho estável, as relações participativas, criativas, eficientes e eficazes, além de estratégias de desenvolvimento.” (FARIA, 2009, p.328).

Porém, a participação do trabalhador nos empreendimentos autogestionários pressupõe o envolvimento total deste com o processo de trabalho, tanto em relação ao aspecto técnico quanto na sua concepção e gestão. Entretanto, maior participação significa ter mais trabalho em relação ao cotidiano da produção e também em relação às questões estratégicas e administrativas (FARIA, 2005).

Por isso os trabalhadores cooperados tendem a dedicar um tempo maior de trabalho às questões ligadas ao empreendimento em relação aos trabalhadores das empresas convencionais. Por outro lado, Rutkowski (2008) argumenta que estes mesmo cooperados tendem a dedicar o tempo livre às atividades não ligadas ao empreendimento, como lazer, atividades esportivas e culturais, enquanto que os trabalhadores das empresas convencionais tendem a dedicar parte do tempo livre às atividades extra profissionais, como cursos de formação e qualificação.

Para Razeto (1997), a autogestão pode ser entendida como uma tentativa por parte dos trabalhadores de assegurar seu emprego e renda através da ajuda mútua no controle dos meios de produção e na tomada de decisões. Corresponde a autonomia dos empregados nas decisões empresariais, desde o processo de formulação das diretrizes internas e divisão do trabalho até a distribuição da renda.

Portanto a produção autogestionária faz parte de um conjunto de formas alternativas de gestão em que as relações estabelecidas são baseadas em princípios que se diferenciam ou divergem dos adotados pelas empresas convencionais (PICCININI; GUIMARÃES; OLIVEIRA; KOROSUE, 2003).

Já autores como Joyeux (1972), Guillerm e Bourdet (1976) e Nascimento (2004a, 2004b), consideram que a produção autogestionária, com seus princípios e lógica, representa algo além do processo produtivo, e que seria um embrião de um processo de transformação social que levaria à criação de uma “sociedade autogerida”.

O tempo livre nos empreendimentos coletivos estudados

Portanto, a partir destas observações feitas pelos autores mencionados em relação ao tempo livre, ao caráter específico da produção organizada de forma autogestionária, que propõe outra lógica na organização da produção em relação à lógica da produção capitalista, a pesquisa realizada com trabalhadores de dois empreendimentos objetivou obter informações sobre as atividades realizadas por estes trabalhadores em seu tempo livre.

Características dos empreendimentos dos trabalhadores pesquisados:

A Cooperativa Nova Esperança (Cones) é um empreendimento cooperativo autogestionário localizado na cidade de Nova Odessa, na região de Campinas, interior do Estado de São Paulo. Fundada em 1998, a partir da falência de uma importante empresa de fiação de algodão, este empreendimento se tornou um dos principais fornecedores das regiões Sul e Sudeste do país de fios de algodão para a produção de tecidos e malhas, consolidando-se na região como um importante empreendimento especializado na produção de fios de algodão para diversos segmentos da cadeia produtiva têxtil.

O empreendimento operava, no período de realização da pesquisa, em dois turnos diários, entre seis da manhã e vinte e duas da noite, com cerca de 85% da capacidade instalada ocupada. Possuía, nesse período, um total de 243 trabalhadores cooperados, sendo 31 ligados ao setor administrativo e 212 ao setor produtivo.

Desse total, em torno de 65% dos trabalhadores eram do sexo feminino, e cuja idade da maioria destes trabalhadores (em torno de 80%) era entre 45 e 50 anos, conforme informações da direção do empreendimento.

Quanto à remuneração destes trabalhadores, variava entre R\$634,00 e o valor máximo de R\$2.160,00, que corresponde à remuneração do presidente do empreendimento. As informações obtidas apontam que a remuneração da maioria destes trabalhadores estava entre R\$1.000,00 à R\$1.200,00 ao mês.

O nível de escolaridade dos trabalhadores do empreendimento era o segundo grau completo, na sua maioria, não havendo nenhum deles que não possuísse, no mínimo, o primeiro grau completo, e alguns possuíam nível superior completo (cerca de 20% do total de trabalhadores).

O outro empreendimento pesquisado, a Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas (Coopertêxtil), é um empreendimento cooperativo localizado na cidade de Pará de Minas, próxima à Capital do Estado de Minas Gerais.

Foi fundada em 1997 também a partir da falência de uma grande empresa especializada na produção de fios e tecidos de algodão. Atualmente esta cooperativa se especializou na produção de fios de algodão para malharia e é um importante fornecedor de fios de algodão para as empresas produtoras de malhas do sul mineiro.

Também se tornou, durante esse período, membro de uma cadeia produtiva solidária especializada na produção de roupas de algodão agroecológico, em que todos os produtores membros são empreendimentos cooperativos autogestionários localizados em diversas regiões do país.

O empreendimento operava no período de realização da pesquisa (segundo semestre de 2010), em três turnos diários de oito horas cada, com cerca de 90% da capacidade instalada ocupada. Possuía, nesse período, um total de 306 cooperados, sendo 42 trabalhadores ligados ao setor administrativo, e os 264 restantes ao setor produtivo.

Desse total, cerca de 60% de trabalhadores eram do sexo feminino, e cuja idade da maioria destes trabalhadores (em torno de 65%) era entre 45 e 50 anos, conforme informações da direção do empreendimento.

Quanto à remuneração destes trabalhadores, variava entre o piso salarial da categoria na região, que era de R\$562,00 e o valor máximo de R\$3.830,00, que corresponde à remuneração do presidente do empreendimento. As informações obtidas apontam que a remuneração da maioria destes trabalhadores estava entre R\$600,00 à R\$1.000,00 ao mês.

O nível de escolaridade dos trabalhadores do empreendimento se assemelha ao da Cones, não existindo, da mesma forma, trabalhadores sem o primeiro grau completo, e com alguns trabalhadores que cursaram o nível superior.

Portanto nota-se que os empreendimentos dos quais foram pesquisados seus trabalhadores associados são similares, pois possuem aproximadamente o mesmo número de trabalhadores, o mesmo segmento de atuação e foram fundados no mesmo período e por motivos idênticos.

Descrição da amostra pesquisada

A composição da amostra pesquisada foi feita a partir do universo inicial (total de sócio-trabalhadores dos empreendimentos), e a seleção foi feita sem critério pré-estabelecido (amostra aleatória simples), sendo único requisito o fato de ser sócio do empreendimento, a abordagem feita também de forma aleatória e direta.

Quanto ao número de integrantes da amostra, buscou-se a composição de um grupo numericamente representativo em relação ao universo pesquisado, compatível com o tempo da pesquisa e disponibilidade dos pesquisados. Para isso, foram entrevistados 48 trabalhadores nos dois empreendimentos pesquisados, sendo 21 na Cones e 27 na Coopertêxtil.

Dessa amostra, 19 trabalhadores atuavam no setor administrativo dos empreendimentos pesquisados, e 29 no setor produtivo e de apoio operacional (“chão de fábrica”). Tal composição desta amostra foi feita, conforme mencionado anteriormente, de forma aleatória e não se buscou alguma estratificação que representasse a composição do universo pesquisado (relação entre o número de trabalhadores de cada setor e o total de trabalhadores no empreendimento pesquisado), e nem mesmo uma homogeneização da amostra (metade composta por trabalhadores do setor produtivo e metade do setor administrativo).

Apesar disso, a relação entre o número de trabalhadores pesquisados por setor e o total de trabalhadores do empreendimento (universo) é semelhante, sendo pesquisados em torno de 4% dos trabalhadores do setor administrativo e em torno de 5,5% do setor produtivo nos empreendimentos, conforme as informações apontadas na tabela a seguir.

Tabela 01 - Dados da amostra pesquisada.

	Cones	Coopertêxtil
Universo	243	306
Administrativo	31	42
Produção	212	264
Amostra	21	27
Administrativo	08	11
Produção	13	16
Relação amostra/universo (%)		
Administrativo	4%	3,9%
Produção	5,3%	5,5%

Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas na pesquisa de campo.

Outra informação relevante em relação aos trabalhadores pesquisados se refere à composição por gênero da amostra pesquisada, que foi de 31 mulheres e 17 homens nos dois empreendimentos, o que representa uma relação em torno de 65% e 35% do total da amostra, respectivamente. Essa composição também se aproxima da relação entre gênero e total de trabalhadores nos dois empreendimentos pesquisados.

Apresentação e análise das informações coletadas

A partir das entrevistas realizadas com os componentes da amostra, foram obtidas respostas que demonstram como é utilizado o tempo livre dos trabalhadores associados dos empreendimentos.

Estes apontaram como tempo livre o tempo em que não estão se dedicando às atividades ligadas ao trabalho no empreendimento, e podem se dedicar às outras atividades que considerem necessárias ou que escolham “livremente” (a partir das opções estabelecidas socialmente).

Como o questionário sobre a utilização do tempo livre pelos trabalhadores utilizou questões abertas, foram observadas nas entrevistas feitas que estes trabalhadores apontaram mais de uma atividade realizada, e por isso, da amostra composta por 48 trabalhadores, foi possível identificar 114 respostas. Estas respostas são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 01- Atividades realizadas pelos entrevistados

Atividades mencionadas	Número de respostas	% (aproximado)
Atividades domésticas de manutenção (limpeza da casa, cozinhar, lavagem de roupas, etc)	24	22%
Cuidados com crianças ou idosos	19	17%
Ver televisão	16	14%
Não fazer nada (ócio)	3	2,5%
Prática de esporte (jogar futebol, fazer ginástica, caminhada, etc.)	8	7%
Frequentar a igreja ou outra atividade relacionada	17	15%
Ir ao clube, grupos sociais, etc.	4	3,5%

Ir ao bar, lanchonete ou similar	6	5%
Fazer um curso de qualificação (informática, inglês, etc.)	3	2,5%
Fazer artesanato (crochê, tricô, etc.)	8	7%
Ler livros, revistas, jornais, etc	4	2,5%
Outras atividades remuneradas (“bicos”)	2	2%

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas com os cooperados.

Desse total de respostas, a maioria (39%) se refere às atividades domésticas como cuidar da limpeza da casa e de crianças, como filhos, netos, sobrinhos ou de pessoas idosas. Estas respostas foram dadas principalmente pelos cooperados do sexo feminino, que mencionaram serem as principais responsáveis, na família, por estas atividades. As atividades domésticas realizadas pelos trabalhadores do sexo masculino foram as de consertos em geral e pequenas reformas e manutenção predial (02 respostas).

Estes trabalhadores comentaram que a realização destas atividades é necessária para “manter a ordem” na casa e na família, pois se não forem realizadas, os membros da família encontrarão dificuldades nas atividades cotidianas, como trabalhar e estudar, pois não terão “roupa lavada nem comida pronta”, conforme declaração de uma trabalhadora entrevistada.

Outra resposta recorrentemente dada pelos entrevistados foi a utilização do tempo livre na atividade de ver televisão (14%), principalmente em programas que possibilitem “fugir das preocupações do trabalho”, como novela e futebol. Também como o objetivo de “descansar a cabeça” e “esquecer o trabalho na fábrica” foram apontadas as atividades de ir ao clube ou frequentar grupos sociais (3,5%), ir aos bares e lanchonetes (5%), ou não fazer nada (2,5%).

As outras atividades apontadas pelos trabalhadores entrevistados permitem ao mesmo tempo, conforme afirmações destes mesmos trabalhadores, a fuga do cotidiano do trabalho e também a obtenção de ganhos extras (atuais e futuros) ao rendimento principal, como no caso do artesanato, em que o resultado da produção pode ser vendido para amigos, parentes ou colegas do próprio trabalho, ou no caso da utilização do tempo livre em realização de cursos de qualificação profissional, que permitiria um aumento na renda em decorrência da execução de outra função no empreendimento, ou mesmo a realização de trabalhos extras (geralmente nos finais de semana ou no período em que não estão na fábrica).

Esse também foi o caso da resposta de dois trabalhadores que afirmaram utilizar o tempo livre em atividades remuneradas com o objetivo de obter um complemento à renda mensal.

Destes trabalhadores, um era técnico em elétrica, atuava como supervisor de oficina elétrica em um dos empreendimentos e realizava pequenos consertos e instalações elétricas de forma remunerada em residências e pequenos prédios comerciais. O outro trabalhador, que havia feito um curso de vigilância e já havia atuado como segurança em uma empresa, e atualmente trabalha como auxiliar de limpeza no empreendimento e como segurança nos finais de semana em um supermercado.

As atividades de leitura de livros, jornais e revistas foram apontadas por quatro trabalhadores, que informaram ler principalmente os jornais locais e, com maior frequência, a Bíblia (três trabalhadores), devido à ligação destes trabalhadores com religiões evangélicas ou protestantes históricas.

Aliás, as atividades ligadas a alguma religião ou crença foram apontadas por 17 trabalhadores (15% das respostas), principalmente a frequência aos cultos evangélicos, estudos bíblicos e reuniões ou atividades internas das igrejas. Estes trabalhadores afirmam que a realização destas atividades possui como finalidade a satisfação das exigências estabelecidas pela religião ou pelas crenças pessoais e na busca por melhorias nas condições atuais de vida (materiais, fisiológicas e psicológicas) por meio da devoção à uma divindade.

Portanto, as diversas atividades realizadas durante o tempo livre, apontadas pelos trabalhadores cooperados dos empreendimentos possuem o mesmo sentido considerado por Adorno (1995) e Elias e Dunning (1992). Tais atividades estão ligadas ou possuem a mesma lógica estabelecida pelo capitalismo, à busca de vantagens materiais ou a desligamento temporário do cotidiano do trabalho.

As atividades domésticas objetivam a adequação do cotidiano da família às regras estabelecidas pelo trabalho, como horários e aparência ou assiduidade.

No caso das atividades coletivas, como recreação e reuniões em bares, lanchonetes ou clubes, objetivam a fuga das obrigações estabelecidas pelo cotidiano da produção na fábrica, e permite que o trabalhador retorne no dia seguinte “com a cabeça fria” e possa se dedicar às obrigações da função no empreendimento.

Nos outros casos apontados nas entrevistas, as atividades realizadas pelos trabalhadores no tempo livre são um complemento das atividades realizadas na fábrica, e

objetivam o complemento da renda obtida por estes, com o objetivo de aumentar a renda real e obter uma maior possibilidade de consumo.

No caso das atividades ligadas à uma igreja ou a uma religião ou crença, observou-se uma relação imediatista e funcional entre a dedicação a uma divindade e a obtenção de vantagens pessoais, principalmente vantagens materiais.

Considerações finais

O crescimento da incidência de novos empreendimentos autogestionários no Brasil, notadamente a partir da década de 90, permitiu a retomada da discussão sobre o estabelecimento de novas alternativas aos modelos de produção vigentes no capitalismo contemporâneo, na medida em que tais empreendimentos ressurgem baseados em propostas e princípios que divergem destes modelos.

Porém, os argumentos teóricos das abordagens que apontam as diferenças entre estes modelos carecem de análises empíricas sobre a influência dos princípios autogestionários e cooperativos no cotidiano dos trabalhadores associados.

Sendo o intuito do presente artigo contribuir com tal discussão a partir das considerações dos próprios trabalhadores dos empreendimentos autogestionários sobre suas atividades cotidianas fora do ambiente de trabalho, pode-se considerar que os princípios pelos quais são orientados os empreendimentos não interferem, de forma decisiva, no cotidiano destes trabalhadores.

A pesquisa mostrou que as atividades realizadas pelos trabalhadores dos empreendimentos pesquisados durante o tempo em que não estão se dedicando às atividades laborais (ou o tempo livre) não diferem essencialmente das atividades realizadas pelos trabalhadores das empresas convencionais, apontadas pelos autores apresentados.

Ao contrário disso, as respostas obtidas nas entrevistas apontam para o fato de que, além destes trabalhadores realizarem, em seu tempo livre, as mesmas atividades dos trabalhadores de empresas convencionais, o fazem também a partir de uma lógica utilitarista e maximizadora.

Isso porque, nestas respostas, muitos trabalhadores que faziam parte da amostra apontaram que as atividades realizadas possuíam finalidades específicas, como aumentar a renda mensal, qualificar-se para ocupar posições superiores no empreendimento do qual

faziam parte, conservar e manter ganhos já obtidos (vida familiar, imóvel, trabalho dos membros da família, etc.), ou mesmo obter ganhos objetivos e subjetivos por meio da prática religiosa.

Tal fato mostra que, apesar do crescimento das iniciativas de organização da produção autogestionária no Brasil, estas não representam uma modificação concreta na forma de organização da sociedade em outras esferas além da esfera da produção. Representam, atualmente, uma alternativa produtiva em relação aos modelos convencionais, e não a possibilidade da transformação em direção a uma “sociedade autogerida”

FREE TIME OF ASSOCIATED WORKERS IN SELF-MANAGING ENTERPRISES IN BRAZIL.

ABSTRACT: *The self-managing enterprises are represented mainly in the 90s, an alternative to workers who lost their jobs due to closure of companies during this period as a result of the new foreign trade policies adopted by the federal government. Such enterprises, which are organized in the form of commercial companies or civil self-managed by workers themselves of bankrupt companies, have also represented an alternative to conventional business models and for some authors, the possibility of social transformation through the creation of new values and practices that result in "self-governing society." Therefore, the objective of this study was to analyze the influence of values and practices of self-management in daily life of workers, especially during so-called "free time" in not becoming involved in activities related to enterprises. To this was done a case study of workers at two self-managed enterprises, through interviews based on a script of pre-defined questions, was observed that, in the sample studied, the activities performed during free time are similar to those performed by workers of conventional enterprises.*

KEYWORDS: *Free time. Self-managing enterprises.*

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BACAL, S. **Lazer e o universo dos possíveis**. São Paulo: Aleph, 2003.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FARIA, J. H. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital.** 2005. 408f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0230.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

GONÇALVES, W. A. **A nova lei de falências e as empresas recuperadas sob o sistema da autogestão.** Brasília: IPEA, 2005. (Série Mercado de Trabalho, n.28).

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOLZMANN, L. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia.** São Carlos: Ed. da UFSCAR, 2001.

JOYEUX, M. **Autogestão, gestão direta, gestão operária.** Brasília: Novos Tempos, 1972.

LECHAT, N.; BARCELLOS, E. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.11 n.1, p.96-104, jan./jun. 2008.

LIBONI, M. T. L.; PEREIRA, M. C. S. Entre contradições e inovações: a pesquisa de uma empresa de autogestão. O risco da naturalização da realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

MORIN, E. **Meus demônios.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

NASCIMENTO, C. **A autogestão e o “novo cooperativismo”.** Brasília: SENAES, 2004a.

NASCIMENTO, C. Autogestão e economia solidária: outros valores. **Cadernos da Cidade do Futuro**, Florianópolis, v.1, n.2, p.14-28, 2004b.

PEDRINI, D. M. **Entre laços e nós: associativismo, autogestão e identidade coletiva.** 1998. 217f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

PICCININI, V. C.; GUIMARÃES, V. N.; OLIVEIRA, S. R.; KOROSUE, A. Cooperativas de trabalho: forma de autogestão ou flexibilização precarizada? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v.75, p.91-99, fev.1997.

RUTKOWSKI, J. **Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: uma abordagem na Engenharia de Produção.** 2008. 234 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SECRETARIA NACIONAL DE APOIO A ECONOMIA SOLIDÁRIA [SENAES]. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília, 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002;

TAUILE, J. R. et al. **Referências conceituais para ações integradas**: uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar. Brasília: SENAES, 2005.

THOMPSON, E. P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. **Past and Present Review**, Oxford, v.38, n.01, p.56-97, 1967.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. São Paulo: Bookman, 2005.